

A CIDADE COMO CIRCUITO DE PODER E DESIGUALDADES

Internacionalização, financeirização e empresariamento urbano

Charles Henrique Voos (FGG)

Vanessa Marx (PPGS/UFRGS)

RESUMO GERAL

Esta Sessão Livre expõe, como hipótese central, que a (re)produção do espaço urbano, enquanto fruto das relações humanas e dentro de um contexto tipicamente capitalista, apresenta-se como um circuito que visa a manutenção de poder de determinados grupos, por meio da intensificação de diferentes desigualdades sociais, considerando os altos índices de problemas urbanos enfrentados socialmente e elencados dentro do debate acadêmico. E, frente a tal intenção, o capital sempre busca novas formas de acumulação e expansão, mirando as cidades como as suas principais fontes de recursos.

Esse cenário está em evidência em todos os contextos urbanos, independentemente da escala de análise, impactando diretamente das cidades-globais às menores, já que, durante o século XXI, graças à explosão da globalização, o capital tornou-se extremamente financeirizado, internacionalizado e submetido às lógicas dos agentes que comandam os campos, cujos interesses são materializados no espaço urbano, em processos promovidos junto às estruturas estatais, como, por exemplo, a gentrificação (fenômeno apontado por Neil Smith ainda nos anos 1980), o empresariamento urbano (que culminou no surgimento dos megaprojetos e megaprojetos em países do capitalismo tardio) entre outros. Realinhamentos conservadores perante as novas formas de governança urbana, sobretudo aquelas de iniciativas populares ou de resistências, encontrando, portanto, novas fronteiras para a expansão da renda auferida a partir da terra urbana e maneiras de modelar as cidades conforme os interesses de minorias dominantes e politicamente orgânicas.

Por outro lado, a sessão também é consonante com a proposta do evento, a qual lembra que “para o bem ou para o mal, no decurso do tempo, tudo está em transformação”, bem como sobre o “tempo de resistir a transformações indesejadas” na direção de “construir projetos utópicos para um novo tempo ou para os novos tempos”. Ela visa, com isso, promover debates sobre as respostas contra-hegemônicas ao avanço do ideário neoliberal globalizante sobre a vida nas cidades ou, ao menos, mostrar caminhos que permitam a ressignificação do tema em prol do “Direito à Cidade”, expressão trazida por Henri Lefebvre há 50 anos e que ainda está distante de ser efetivada. A sessão, em suma, pretende estabelecer alguns desses porquês.

Dentro disso, esta sessão almeja a) apontar quais poderiam ser os agentes sociais responsáveis pela dinâmica mencionada, seus interesses e estratégias; b) questionar o modo como as cidades estão se inserindo nesse contexto e os impactos diretos aos cidadãos, comparando a experiência brasileira a outras práticas globais; c) debater a realidade das cidades brasileiras, especialmente das metrópoles, grandes e médios aglomerados urbanos quanto às formas de governança estabelecidas e as disputas com o capital organizado; d) verificar como esse circuito influencia a capacidade intergeracional de ascensão social, dadas as intrínsecas desigualdades urbanas e a manutenção de poder de determinados grupos por meio do controle do uso do solo; e) examinar como as vias institucionais de participação legalmente estabelecidas respondem à conjuntura e f) destacar novas agendas de pesquisa e possibilidades de construção social.

A CIDADE COMO CIRCUITO DE PODER E DESIGUALDADES: rent-seeking urbano e realinhamentos conservadores do século XXI

Charles Henrique Voos (FGG)

As cidades do Sul Global, especialmente as brasileiras, passam pela acentuação dos mesmos problemas visíveis há décadas na região. As desigualdades são problemas estruturais e que se materializam no espaço urbano, por meio da ação de vários agentes sociais que enxergam na cidade uma oportunidade de renda, sobretudo nos atuais contextos globais e financeirizados. Como iremos demonstrar, por mais que todos os instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, lei federal criada em 2001, entrem em cena, alguns grupos utilizam-se de estratégias e de interesses convergentes para cercear a população, inclusive como projeto de dominação de classe e manutenção dos atuais níveis de desigualdade. Esta comunicação, com isso, consiste em mostrar quais são esses grupos, como eles agem e quais são estas estratégias e, ainda, afirmar como o controle da organização das cidades, em roupagem conservadora, interfere diretamente na reprodução social, a ponto de ser um dos principais determinantes na capacidade de mobilidade social e de melhoria da qualidade de vida da grande maioria. E, por fim, visa ampliar a visão sobre a questão da “especulação imobiliária” que, de forma genérica, vem sendo utilizada como recurso para explicar os atuais problemas urbanos brasileiros.

“VAMOS AO QUE INTERESSA”: como os promotores imobiliários moldaram a institucionalização do Minha Casa Minha Vida

Anthony Boanada-Fuchs (St.Gallen Institute of Management in Latin
America)

O paradigma estabelecido defende o maior envolvimento de outros atores não-públicos na entrega de bens básicos, como a moradia. No Brasil, esse paradigma é claramente visto no lançamento do programa habitacional Minha Casa Minha Vida mas, ao mesmo tempo, está ligado às tentativas do Estado, em uma forma neo-keynesiana, de combater os

efeitos negativos da crise financeira global. Pretende-se, com esta contribuição, criar um panorama para retrair e entender o envolvimento dos promotores imobiliários neste programa habitacional. Com a combinação da revisão da literatura relevante, materiais coletados na mídia e entrevistas com os agentes envolvidos, é possível apontar para as múltiplas atividades dos grandes promotores, abrangendo desde a concepção da política até as emendas regulatórias. Os canais de comunicação subjacentes têm sido, em grande parte, informais ou, na melhor das hipóteses, institucionalizados como prática, mas não oficialmente regularizados. A falta de gestão democrática e prestação de contas nestes canais permitiu uma institucionalização tendenciosa, garantindo margens de lucro e condições preferenciais para os promotores, em detrimento das necessidades do país e da sociedade em geral. Consequentemente, esta comunicação lança luz sobre a economia política subjacente ao paradigma neoliberal e fornece evidências empíricas sobre as limitações práticas permissivas para que os mercados funcionem.

(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AVANÇO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS EM CIDADES DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: a experiência de Macapá – Amapá

Eliane Cabral (UNIFAP)

A discussão dá ênfase aos aspectos recentes da urbanização de Macapá, capital do estado do Amapá – localizada na Amazônia Setentrional brasileira. A história de Macapá mostra que o seu crescimento urbano foi consequência de projetos inseridos no Amapá depois que foi elevado à categoria de Território Federal, em 1943. Desse período até 2005, ocorreram várias políticas e ações de ocupação do território realizadas ou incentivadas pelo Estado, atraindo atividades econômicas e indivíduos de outros lugares, com consequências diretas no crescimento da capital. Entretanto, seu processo mais recente de urbanização apresenta diferenças significativas no que refere aos agentes, às formas e conteúdos urbanos predominantes, quando comparado ao processo vigente até 2005. Destaca-se, nesse sentido, o fortalecimento do mercado imobiliário como agente promotor da expansão urbana, os loteamentos murados e condomínios fechados como principal produto desse setor e o enfraquecimento do Estado como agente na produção do espaço urbano. Aspectos que indicam novas formas sob as quais o capital passa a aplicar os seus excedentes nessa parcela do Norte do Brasil, com objetivo de garantir o processo mais geral de acumulação evidenciando, na região, o urbano como mais um dos motores da acumulação do capital.

PLANEJAMENTO URBANO NOS NOVOS CIRCUITOS DO CAPITAL: regulação ambígua e segregação socioespacial na região metropolitana de Campinas

Sidney Piochi Bernardini (Unicamp)

As mudanças estruturais que ocorreram no mundo, principalmente a partir dos anos 1970, vinculadas à crise do petróleo e do padrão de regulação do sistema monetário

internacional baseado no modelo Bretton Woods, e que alguns autores marcarão como o início da terceira revolução industrial, apontam também para a expansão da ideologia neoliberal, reconduzindo o papel dos Estados na economia globalizada. Um dos aspectos destas mudanças é o novo arranjo dos circuitos produtivos conforme apontou David Harvey no livro *O novo Imperialismo*, publicado no Brasil em 2004. Os efeitos destes arranjos passam por uma transferência do capital produtivo em outros circuitos que incluem as operações financeiras e imobiliárias e investimentos no chamado ambiente construído. A Região Metropolitana de Campinas, instituída no início dos anos 2000 possui especificidades que demonstram a sua inserção neste novo momento do capitalismo tardio, passando por um processo de industrialização tardia, já nos anos 1970, e a expansão do capital imobiliário com a profusão de condomínios horizontais e loteamentos fechados que vêm caracterizando a formação do tecido intraurbano desta Região. Este trabalho tem como intuito apresentar como os aparatos institucionais de planejamento urbano estabelecidos pelos municípios pertencentes a esta Região colaboraram para a condução deste fenômeno.

INTERNACIONALIZAÇÃO E DIREITO À CIDADE NO 4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE

Vanessa Marx (UFRGS)

A dialética entre os avanços da internacionalização e as dinâmicas locais por reconhecimento de direitos estão presentes de forma mais visível em algumas cidades do Brasil. A globalização e as novas tecnologias mudaram a forma como as cidades se relacionam com os atores do sistema internacional e com os agentes locais, cada vez mais interconectados através das redes. A ação internacional das cidades e seu reconhecimento neste contexto as tornam atores políticos que promovem seu território e conseguem captar recursos com o apoio do Estado-Nação, em alguns momentos criando regimes de exceção para atração de investimentos estrangeiros, como no caso dos megaeventos ou para projetos pontuais como o caso da rede de cidades resilientes. Por outro lado, o ativismo urbano, como forma de reivindicação de movimentos sociais que lutam pela moradia, coloca em evidencia a exclusão promovida pelo sistema da globalização neoliberal. A presente comunicação busca demonstrar as relações complexas e contraditórias que se estabelecem no 4º distrito, na cidade de Porto Alegre, região que está sendo visada pelas agências internacionais para a revitalização urbana, através de parcerias público-privadas e que por outro lado possui zonas de pobreza, ocupações para moradia e atores que estão sendo excluídos deste processo.